

Sarney: Ulysses não sabe o que propor

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Ulysses não sabe o que dizer e não tem proposta a apresentar." Este desabafo do presidente José Sarney a, pelo menos, dois governadores e um parlamentar de sua confiança pessoal, é a versão por ele apresentada para a conversa mantida anteontem com o multipresidente de Constituinte, Câmara e PMDB. Pelo menos um desses interlocutores transmitiu diretamente a Ulysses a frase queixosa do presidente e recebeu, como resposta, apenas o silêncio.

Segundo os interlocutores de Sarney, o presidente admitiu conversar e negociar em torno da tendência predominante na Constituinte no momento — a fixação de seu mandato em cinco anos e a adoção do regime parlamentarista de governo. "O problema é que até hoje ninguém trouxe proposta nenhuma", disse Sarney a um constituinte. "Ulysses não sabe o que dizer e não tem propostas a apresentar. Sei, mais do que todos, que as circunstâncias são muito graves e não quero criar nenhum obstáculo a mais. O problema é só aparecer um interlocutor válido", afirmou o presidente.

O recado de Sarney parece ter atingido o alvo. Um dos líderes do chamado Centro Democrático do PMDB, o deputado Expedito Machado, começou a articular ontem — após haver participado de uma reunião sobre o tema na casa do próprio multipresidente Ulysses Guimarães — a fixação em torno do nome do líder da bancada majoritária na Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro. "Há um clima de negociação para superar a crise. Se Ulysses não puder mesmo ser o interlocutor de que precisamos, ninguém terá mais legitimidade do que o líder da bancada, que foi escolhido pelos companheiros, no voto", disse Expedito.

CONFUSÃO

O clima não é só de negociação, contudo. E também de confusão. Mesmo parlamentares da oposição têm a informação de que o multipresidente Ulysses Guimarães pretende pôr em votação o sistema de governo no fim de semana, para provocar o primeiro "buraco negro", forçando, assim, a negociação.

CARLOS CHAGAS e
JOSÉ FONSECA FILHO

Todas as informações se chocam, são contraditórias e, além de exprimirem mais desejos do que realidades, também mudam de hora em hora. Dezenas, talvez centenas, de reuniões políticas têm sido realizadas há uma semana e se multiplicarão até que a Assembléia Nacional Constituinte vote o sistema de governo e o tempo dos mandatos presidenciais, possivelmente na próxima quarta-feira. Até a data para a apreciação dessas questões tem sido objeto de confusão geral. Ora é antecipada, ora adiada, da mesma forma como as previsões de parlamentaristas e presidencialistas ou dos partidários dos quatro e dos cinco anos para o presidente José Sarney.

No centro de tudo, Ulysses Guimarães sofre mais do que ninguém o impacto da verdadeira loucura que tomou conta de Brasília. Ele tem recebido os mais diversos grupos, na sua residência e em seu gabinete na Câmara dos Deputados. Às vezes, dá a impressão de ser parlamentarista, às vezes, presidencialista. De manhã bem cedo está com os remanescentes do Centro Democrático, que resolveram mudar de tendência e podem passar a apoiar o parlamentarismo com cinco anos. Pouco depois, ouve Marco Maciel dizer que o PFL fecha quase por inteiro com o presidencialismo com quatro anos, e que só admitiria o parlamentarismo se seguido de um plebiscito. Geralmente concorda com todos, em nome da isenção. Recebe os ministros militares, que insistem na realização de eleições gerais se o mandato do presidente Sarney for reduzido para quatro anos, coisa que o grupo do poire, constituído pelos ministros do PMDB e alguns auxiliares, não aceita.

"Históricos" do PMDB só aceitam quatro anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não há acordo à vista, ou a caminho, para a votação do mandato presidencial, pelo menos entre Ulysses Guimarães, os históricos do PMDB e a esquerda da Constituinte. Mas há informações de que Ulysses vem tentando entendimento com o Centro Democrático de seu partido para aprovar o sistema parlamentarista e cinco anos de mandato. Na assembleia todos falam na existência desse acordo, mas ninguém adianta nenhum detalhe concreto.

O líder Mário Covas afirmou ter ouvido rumores sobre o assunto e reafirma sua posição inflexível pelos quatro anos e parlamentarismo. Ele só aceita discutir a forma de implantação do regime de Gabinete.

Depois de conversar com ministros militares, um deputado peemedebista chegou à conclusão de que "todos estão interessados mesmo é numa saída".

Ulysses Guimarães, evidentemente, é o maior interessado em sair do impasse. Tenso, sem esconder sua preocupação, ele advertiu, na reunião de anteontem, à noite, em sua casa, a mais de 30 parlamentares de seu partido: "Muitos de nós já vimos esse filme antes. Nosso dever é o de votar a nova Constituição o mais depressa possível, e evitar o impasse e o confronto". Na mesma reunião, contudo, o multipresidente de Constituinte, Câmara e PMDB reconheceu não ter levado uma posição concreta ao presidente da República. "O partido está dividido em relação aos temas." Um deputado rebateu: "Mas o partido não pode se omitir num momento grave como este". A observação chegou a ser aplaudida pelos parlamentares e outros participantes presentes, os três ministros que seguem a orientação de Ulysses — Luiz Henrique, Celso Furtado e Renato Archer — e o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães.

A maioria dos constituintes reunidos por Ulysses chegou à conclusão de que presidencialismo com cinco anos, como quer o Planalto, dividiria o PMDB, enquanto outros concluíam que eleições em 88, com parlamentarismo ou presidencialismo, seriam a derrota do presidente da República, uma situação capaz de criar o confronto, "com a participação das Forças Armadas". A saída viável — parlamentarismo e eleições somente em 89 — provocaria uma reação menos grave, lembrou um participante do encontro, mesmo com risco de rompimento de parcela importante do partido, sob a liderança de Mário Covas, José Richa, Euclides Scalco, Pimenta da Veiga e outros. O senador Fernando Henrique Cardoso aceita a proposta e argumenta: importante é o sistema parlamentarista, um ano a mais ou a menos para Sarney não é fundamental. Mas Mário Covas não escondeu a irritação diante da evidência de que boa parte do PMDB parece aceitar o parlamentarismo com eleições em 89. "Continuo coerente", garantiu. "Defendo e vou votar pelo parlamentarismo e o mandato de quatro anos para Sarney. A Convenção Nacional do meu partido de-

Um quadro em evolução

Fernando Henrique Cardoso não abre mão dos quatro anos, para o estabelecimento do parlamentarismo. Cid Carvalho hesita em passar para o presidencialismo. Fernando Lyra comunica que já passou. O líder Ibsen Pinheiro declara-se parlamentarista e poderá chegar aos cinco anos, mas o líder Mário Covas ameaça sair do partido se não forem votados os quatro anos, junto com o parlamentarismo.

Tudo isso ocorre numa simples manhã, como a de ontem, bastando multiplicar os dias passados e os que vêm por aí para se ter a receita da confusão verificada na capital federal. Ninguém entende mais nada, ou melhor, entende-se ao menos o porquê de tantas notícias desencontradas: nem parlamentaristas nem presidencialistas, nem partidários dos quatro ou dos cinco anos têm certeza de nada. As lideranças perderam o controle das bases e, essas, por sua vez, giram feito peru na roda, em véspera de Natal. Quem ao meio-dia comprometeu-se com o sistema parlamentar de governo, às três da tarde mudou de idéia, tendo dado, assim, duas informações inteiramente opostas à imprensa, no sentido da vitória de seu sistema de governo. Qual? Nem o informante sabe, quando a noite chega.

Acresce a isso o que se passa no Palácio do Planalto. O presidente José Sarney, reunido com seus ministros, "políticos", recebe e transmite números favoráveis ao presidencialismo e aos cinco anos. Mas desconfia deles, mandando chamar o líder Carlos Sant'Anna pelo telefone, pelo menos cinco vezes ao dia. Thales Ramalho mergulha na barafunda, cautelosamente não faz previsões públicas, mas aferra-se à necessidade da realização do plebiscito, caso o parlamentarismo seja aprovado. Alguém se lembra, na sede do Executivo, de consultar o PT e o PDT, presidencialistas mas qua-

liberou liberar cada constituinte para votar conforme a sua consciência."

Crise

Ulysses Guimarães disse estar certo de que, circunscrita à Constituinte, a crise aberta em torno do sistema de governo e do mandato do presidente Sarney será resolvida, porque a tendência do Parlamentarismo "sempre foi a de encontrar solução para os problemas políticos". Há divergências, posições antagônicas, mas quando as circunstâncias exigem, lembrou ele, "os parlamentares sabem transigir e encontrar uma solução aceitável para a grande maioria". O problema, disse, é que essas dúvidas surgem em meio a uma crise econômica e social quase sem precedentes. Um dado novo, que jamais havia se verificado. Nem em 1964. Naquela época, também havia problemas econômicos. O País estava assustado diante da perspectiva de uma inflação que poderia bater nos 120% — o que ilustra bem a diferença, argumenta ele. Agora, assinalou Ulysses, o País está dominado por uma insatisfação generalizada, com reclamações que partem tanto do empresariado quanto dos trabalhadores. A atuação de uma Constituinte, dentro desse contexto, é mais um fator de intranquilidade, "mexe com um mundo de interesses".

EUFORIA

Enquanto isso o Planalto — pelo menos oficialmente — era tomado de euforia, diante de uma conclusão inconsistente com a da reunião do PMDB: a de que a Constituinte estaria pronta para aprovar o presidencialismo como sistema de governo.

Ontem, reunido com um grupo de sete ministros, o assessor especial Thales Ramalho e o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, o presidente Sarney contabilizou os prós e contras ao presidencialismo e concluiu que a maioria é pela continuidade do regime atual. Pelo menos deixou transparecer que fez uma recomendação a cada ministro: "Não deixar a peteca cair", conforme confidenciou um dos presentes à reunião. Estavam presentes os ministros Ronaldo Costa Couto, chefe da Casa Civil; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Jader Barbalho, da Reforma Agrária; Prisco Viana, da

troanistas. Das duas legendas, vêm as informações: os petistas continuam presidencialistas, mas José Genofino admite o parlamentarismo e será capaz de rachar a bancada. Os brizolistas não negociam os quatro anos.

Pior é quando chegam estatísticas e prévias, às 4 horas da tarde. Cada grupo possui suas listas, amoldadas conforme o desejo de quem marca cruzes azuis ou vermelhas ao lado do nome de cada parlamentar. O presidencialismo tem 293 assinaturas recheadas. O parlamentarismo acabou de conquistar 300 votos. Cinco anos serão aprovados para os futuros presidentes da República, ficando o mandato de Sarney para ser decidido no final de maio, quando da votação das Disposições Transitórias.

Mas o que dizer da relação agora divulgada pelo deputado Eydio Ferreira Lima, que passou a noite ao telefone? Por ela, dá parlamentarismo com 295 votos. Não é bem assim, o senador José Richa garante mais oito apoios não computados. E o senador Humberto Lucena, principal autor da emenda presidencialista? Continua firme, dizem uns. Aderiu ao parlamentarismo, contestam outros. José Geraldo (PMDB-MG) entrou presidencialista no gabinete de Ulysses e saiu parlamentarista. Como, se Ulysses apenas finge coordenar o parlamentarismo, continuando presidencialista? Ou terá mesmo mudado? Os militares acabam de transmitir novo ultimato: ou cinco anos ou eleições gerais em novembro. Será o golpe? Não, o general Leônidas também declarou que as decisões da Assembléia Nacional Constituinte serão acatadas.

Toda a confusão seria cômica se não fosse trágica, porque, na verdade, e apesar dos esforços gerais, a Assembléia Nacional Constituinte transformou-se numa peça sem en-

Presidencialistas mudam de idéia, afirma Raphael

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ex-ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, um dos participantes do jantar de quarta-feira na casa do deputado Ulysses Guimarães, afirmou ontem que a tendência da Constituinte é de aprovação do sistema parlamentarista e de cinco anos de mandato para o presidente Sarney. Prova disso, segundo o ex-ministro, é que muitos presidencialistas convictos, como o senador Albano Franco (PMDB-SE) e os deputados José Geraldo (PMDB-MG) e Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) reavaliaram suas posições e deverão votar pela mudança do sistema de governo. Mas o ex-ministro acredita que um acordo em torno da questão só será feito na manhã da votação. O deputado Ronaldo César Coelho assumiu ontem a paternidade da proposta de parlamentarismo já com cinco anos para Sarney, apresentada na reunião realizada na residência do presidente da Constituinte, durante a madrugada.

Segundo o deputado, com raras exceções, todos prometeram traba-

habitação Urbanismo e Meio Ambiente; José Hugo Castelo Branco, da Indústria e Comércio; José Reinaldo Tavares, dos Transportes, e João Alves, do Interior.

A ofensiva final do Executivo sobre a Constituinte foi comparada por eles a luta em dois rounds: no primeiro, as negociações se voltam exclusivamente para derrotar a bancada parlamentarista que, por contar com alguns nomes bastante influentes, vem colocando alguns constituintes numa situação delicada, obrigando-os a um jogo duplo, enquanto o assunto não é votado no plenário. No segundo, o Executivo lançará todas as cartas para a fixação do mandato de cinco anos também para o presidente José Sarney.

De acordo com a estratégia traçada durante a reunião, os ministros que fazem parte da "linha de frente" da ofensiva governamental cuidarão, cada um, das bancadas sobre as quais exercem influência. Ontem, eles fizeram um relato a Sarney das principais queixas dos políticos que costumam ouvir e trocaram informações sobre as tendências da Constituinte. E concluíram que a posição pré-eleições em 89 "melhorou muito". Quanto ao presidencialismo, admitiram que a vantagem não chega a ser igual àquela com que contam quanto ao tempo de mandato, mas, ainda assim o quadro foi considerado "muito bom". Mesmo assim, os mais experientes, com vivência político-parlamentar, como Prisco Viana, Jader Barbalho, Thales Ramalho e Antônio Carlos Magalhães, advertiram que ninguém pode cruzar os braços. "Se agora não existe uma para a votação, há os botões para acionar no sistema eletrônico", lembrou um deles. "Antigamente, quando se entrava na cabina para votar, tudo podia acontecer. Hoje, na hora de acionar os botões, ninguém pode prever o que sairá."

Outros ministros de vivência parlamentar observaram que a avaliação positiva do Planalto pode estar sendo mais a expressão de um desejo do que de uma realidade. E que poderá vir a ser contestada pelo número dos que apoiam o parlamentarismo e o mandato de quatro anos: "Nós estamos jogando com informações baseadas em contatos pessoais", desabafou um deles. "Ou estamos agindo corretamente, ou não entendemos mais nada de política."

redo, só com personagens. Cada um procura o seu papel, a maioria não encontra.

"O Brasil é o País da matroca e do improviso. Não cuso fazer qualquer previsão sobre seu futuro político, aliás, ninguém deveria fazer." O comentário do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) reflete a situação confusa que atravessa o País e a divisão de forças na Constituinte entre os grupos que defendem sistemas de governo diferentes e mandatos de quatro ou cinco anos para o presidente Sarney. "Estamos num caleidoscópio onde ninguém sabe como será a arrumação das pedrinhas, isso aqui virou caixa de surpresas", explicou Cardoso, que revelou uma ponta de otimismo: "Acho que algo de importante ainda vai acontecer, ditado pelo bom senso". Mas, rindo, acrescenta: "Só não sei de onde virá esse bom senso".

Nenhum constituinte se arrisca a prognósticos sobre a votação do sistema de governo e do mandato presidencial, a não ser expressando sua posição pessoal e emocionalizada. O líder Mário Covas concorda que o País atravessa um dos períodos mais graves e confusos de sua história, mas acha a situação externa — fora da Constituinte — pior e provocada pela incompetência do governo, enquanto os constituintes tentam resolver seus problemas em acordos e negociações, inclusive sobre os temas polêmicos. Mas é justamente isso que José Genofino (PT-SP) condena: "Vou acabar fazendo um acordo em torno do parlamentarismo com cinco anos, contrariando os interesses do povo brasileiro, que deseja eleição direta já". O senador Itamar Franco (PMDB-MG) acha que a situação é difícil e tende a agravar-se, "quando o presidente da República se transforma no arauto da tempestade e parece satisfeito com essa condição".



No plenário, Arraes conta conversa com Sarney

"Presidente não é obstáculo"

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, disse ontem ao deputado Ulysses Guimarães que o presidente José Sarney não representa obstáculo às negociações em busca de uma saída para o País. Arraes, que quarta-feira jantou com Sarney, encontrou-se com Ulysses ontem, explicando que não tinha recados do presidente a transmitir.

O governador de Pernambuco disse que desconhece qualquer entendimento entre a Constituinte e o Planalto em torno do parlamentarismo já e cinco anos para Sarney. Pessoalmente, continua defendendo o presidencialismo com quatro anos para o atual presidente e acha inútil

"ficar conversando e contando votos. O sistema vai ser posto em votação e a Constituinte vai decidir". Ele acredita que o PMDB não escapa da divisão se vencer o sistema parlamentarista de governo.

Sobre o jantar da véspera, Arraes disse a Ulysses que a disposição de Sarney é negociar a acatar as decisões que forem tomadas pela Constituinte. Segundo o governador, o presidente está preocupado com o bem do País e lhe garantiu que não será obstáculo à negociação. Mas não deixou claro se Sarney concorda com a redução do mandato, nem se estaria disposto a negociar o presidencialismo com quatro anos para o atual presidente e acha inútil

Azevedo esclarece posição

O presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, esclareceu ontem que não assinou nenhuma nota de apoio ao mandato de cinco anos para Sarney, junto com outros empresários na terça-feira à noite, na casa do presidente da Associação Comercial, Romeu Trusardi. "Sou pelo mandato de quatro anos e pelo regime parlamentarista. Acontece que o Congresso não pode eleger o primeiro-ministro, pois não foi eleito para governar, mas apenas para legislar. Por isso, sou a favor das eleições gerais: somente a renovação do Congresso legitimará um eventual governo parlamentarista", explicou Eduardo da Rocha Azevedo ontem. O

presidente da Bovespa disse que não sabia por não ter sido comunicado a respeito da divulgação da nota dos empresários apoiando mandato de cinco anos e o presidencialismo. "Minha posição na reunião dos empresários foi claríssima, como aliás tem sido em todos os momentos. Estou em campanha aberta e declarada pelos quatro anos e pelo parlamentarismo. E denuncio a verdadeira tentativa de golpe que o multipresidente Ulysses Guimarães tenta dar na Constituinte porque quer ser primeiro-ministro sem a renovação de um Congresso que deve ser eleito, este sim, para indicar o primeiro-ministro", completou.

Parlamentarismo já!

ALOYSIO AZEVEDO

O desacordo sobre a proposta parlamentarista com cinco anos colocou na ordem do dia da Constituinte a votação isolada e prioritária do sistema de governo, deixando para outra fase a discussão acerca do papel e a extensão do mandato do presidente Sarney. Melhor assim porque:

1. Ao retirar do âmbito da Constituinte essa decisão o doutor Ulysses deixou apreensivas todas as forças que não foram ouvidas, aumentando assim a já profunda crise de desconfiança;

2. Retornando ao seu fórum adequado, a questão institucional terá uma solução legítima e inquestionável, capaz de desarmar espíritos e desarticular interesses menores, embora válidos;

3. Sem a pressão dos casuísmos será mais fácil aos legisladores lutar a proposta parlamentarista de qualquer híbrido, tornando-a mais viável e perene.

Agora, trata-se — para todos e cada um de nós — de optar claramente entre o parlamentarismo e o presidencialismo.

O presidencialismo está certamente superado por ter propiciado apenas um estadista do porte de Juscelino, enquanto alternou vários períodos de instabilidade, autoritarismo e ditaduras. E sua restauração plebiscitária, em 1962, nos conduziu a uma longa, dramática e inesquecível noite de terror. Contra isso a Constituinte está, nitidamente, interpretando fielmente o desejo dos brasileiros de ver reduzido o poder do Estado e a hipертrofia do Executivo. Para tanto é fundamental que a máquina administrativa se reduza a um núcleo de competentes e dedicados servidores públicos e que a sociedade civil se expresse através de partidos políticos definidos e enraizados nacionalmente. Somente o parlamentarismo é capaz de induzir essas novas formações.

E verdade, por outro lado, que a nova Constituição adotou uma linguagem corporativa. Todavia, esse defeito aparente expressa uma participação concreta da sociedade contra uma história de Cartas Magnas mais ou menos outorgadas. E, graças a essa desajeitada participação popular, a próxima Constituição — ainda que não seja amada pelos brasileiros, como queria Tancredo — poderá ser mais respeitada, conformando os traços iniciais de um Estado de Direito entre nós. Isto não quer dizer que deveremos ser complacentes com o ranço cartorial. Ao contrário, devemos combatê-lo eficazmente com a introdução de providências neutralizadoras. E quais são elas?

As corporações se fizeram presentes através de lobbies parlamentares e, nesse processo de organização e identificação, não só criaram propostas legislativas mas também candidatos à Presidência com feições redentoristas. Obviamente, to-

dos eles adotam o sistema presidencialista e carecem de uma estrutura partidária. Para que o Brasil se livre desses salvadores nada seria mais eficaz do que a introdução do parlamentarismo, pois somente nesse sistema o governante não pode prescindir de um programa vitorioso em eleições, vitória essa traduzida numa maioria parlamentar capaz de lhe dar sustentação política. Ora, nenhuma corporação, sozinha, seria capaz de construir essa hegemonia partidária, a menos que se aliasse a outras forças e assim se descaracterizasse como corporação. Esse doloroso e lento trabalho de costura partidária teria um efeito civilizatório sobre a personalidade em geral autoritária desses pequenos messias, conduzindo-os a uma concepção democrática de organização e eficiência.

Há muito que os eleitores brasileiros vêm construindo as bases do parlamentarismo, aproveitando para tanto as pequenas brechas que as elites deixam escapar. Basta observar as últimas eleições para o Parlamento que veremos o embrião de um voto distrital-misto no mapa dos eleitos. Quando Tancredo decidiu incorporar o seu PP à vasta "montaria peemedebista" reconheceu implicitamente que somente com um grande partido (mesmo que partido-frente ou partido-ônibus) poderia chegar a se sustentar no poder. Esse foi o grande aprendizado do povo brasileiro com a renúncia de Jânio, já que ele organizou seus simpatizantes apenas no nível municipal, para enfrentar o poderoso PSP ademarista, quando criou as sociedades de amigos de bairro. Daí para a frente passou a "alugar" legendas.

Após a queda, tentou voltar ao governo do Estado, sem uma competente organização partidária, em 62 e 63, inutilmente, só conseguindo novo mandato (que o povo jamais recusou aos cassados como ele) para o ponto de partida, a prefeitura. Arraes voltou ao governo de Pernambuco, de onde foi "retirado à força", dentro de uma grande estrutura partidária. Já Brizola recuperou um mandato compatível ao que possuía em 64 no mesmo Rio de Janeiro, mas segue a trilha superada do "personalismo salvador". Quando o povo se deslocou das "diretas-já" para o candidato único das oposições, devidamente sustentado partidariamente, confirmou esse caminho. Em 88, deu ao PMDB uma folgada maioria parlamentar e quase todos os governadores. A morte de Tancredo atrasou a conclusão dessa obra, mas o parlamentarismo agora propiciará ao doutor Ulysses finalmente concluir a missão: pôr em prática as promessas de campanha e assumir as responsabilidades que os eleitores conferiram ao partido. Parlamentarismo é preciso!

Aloysio Azevedo é assessor político dos sindicatos dos metalúrgicos e dos eletricitários de São Paulo

Assine... Assine... Assine... Assine... Assine... Assine... Assine... Assine... Assine... Assine...